

ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO:

Limites e possibilidades

Márcio Henrique Baima Gomes¹

1 INTRODUÇÃO

Como parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, o artigo aqui exposto visa apresentar os problemas geradores relativos aos limites e possibilidades do ensino de História do Maranhão nas escolas públicas estaduais, reconhecendo também a importância do ensino de História do Maranhão no que diz respeito à construção de saber histórico escolar e na formação da consciência crítica e da memória histórica coletiva do povo maranhense.

Como problemas geradores da pesquisa, pretende-se destacar também as nuances que permeiam as práticas do ensino de História, bem como as interfaces entre a “história local/regional” e “geral” em sala de aula para a compreensão das relações que se estabelecem entre os conteúdos históricos e os discentes no processo de formação da identidade cultural dos mesmos.

Tendo como foco o ensino de História do Maranhão, sem perder é claro, a conexão com as outras temáticas do ensino dessa disciplina, a análise sobre esse processo se faz relevante uma vez que, vem se observando na prática, que o ensino de História do Maranhão se encontra, de certa forma, desvinculado do saber histórico escolar, sem o devido valor entre docentes e discentes, o que contribui para o pouco conhecimento da história e cultura local, esquecimento e desvalorização das mesmas entre os jovens, e o pouco interesse pela disciplina de História de uma maneira geral.

Entender porque ocorre a precarização do ensino de História do Maranhão nas redes educacionais é uma das principais motivações para esse estudo, uma vez que estamos diante de um fenômeno recorrente, de esquecimento/silenciamento da memória e da história do

¹ Licenciado em História – Licenciatura Plena, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Professor da Rede Estadual de Ensino. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas – PPGHEN - Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.



Estado do Maranhão.

Lançar luz sobre essa questão por meio da pesquisa (é importante frisar que ainda se encontra em andamento) representa a possibilidade de se apontar possíveis caminhos para discutir em níveis (teóricos e da *práxis*) os problemas levantados, uma vez que a pesquisa em andamento pode um dia trazer à tona novas formas de interpretar e avaliar a atual condição do ensino de História do Maranhão na rede oficial de ensino.

2 HISTÓRIA DO MARANHÃO, ENSINO E CULTURA REGIONAL

Atualmente, observamos a crescente valorização do ensino de História como ferramenta importante para a formação de indivíduos críticos e atuantes na sociedade da qual fazem parte, seja a nível global, regional e local.

Segundo a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)- Lei nº 9.394/96 – no seu artigo 26, enfatiza que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino de História Local voltada para a divulgação dos valores, saberes e manifestações culturais dos municípios e estados.

A possibilidade de se preservar o acervo cultural, a memória, história e identidade de um povo, se encontra intimamente ligada ao ensino de História. Sobre o sentido da memória, Pollack (1989, p. 13-15) salienta que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.

A atuação de professores e alunos, nesse sentido, contribui para o resgate e preservação desse acervo histórico-cultural, como destaca Caimi, Machado e Diehl (1999, p. 217),

Em síntese, os alunos do ensino fundamental e médio podem, juntamente com seus professores, tornar-se pesquisadores nas suas localidades, buscando informações, construindo conhecimento histórico a partir da investigação da memória de seus

familiares, patrimônios históricos, de obras de arte, de jornais de época. Trata-se de possibilitar ao aluno, quando possível, a manipulação direta do objeto de estudo.

No que tange ainda ao ensino de História, o discente deverá ser capaz de “identificar o próprio grupo e as relações que estabelecem com outros temas e espaços” (PCN, 2001, p. 41). E o professor de história “[...] lida com tudo isto, e faz do seu mister um sonho: formar consciência, formar cidadão” (NIKITIUK, 2004, p. 24). A cidadania que se busca através do ensino de História se configura a partir do entendimento de Bezerra (2009, p. 47), que define a mesma como sendo

O conjunto de preocupações que informam o conhecimento histórico e suas relações com o ensino vivenciado na escola levam ao aprimoramento de atitudes e valores imprescindíveis para o exercício pleno da cidadania, como exercício do conhecimento autônomo e crítico; valorização de si mesmo como sujeito responsável da História; respeito às diferenças culturais, étnicas, religiosas, políticas, evitando qualquer tipo de discriminação; busca de soluções possíveis para os problemas detectados em sua comunidade, de forma individual e coletiva; atuação firme e consciente contra qualquer tipo de injustiça e mentiras sociais; valorização do próprio patrimônio sociocultural, próprio de outros povos, incentivando o respeito e à diversidade; valorização dos direitos conquistados pela cidadania plena, aí incluídos os correspondentes deveres, sejam dos indivíduos, dos grupos e dos povos, na busca da consolidação da democracia.

Espera-se que os discentes, através do ensino de História possam ser capazes também de:

Questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política e institucional e organizações coletivas da sociedade civil”. (PCN, 2001, p. 41)

Identificar as ascendências e descendências das pessoas que pertencem à sua localidade, quanto à nacionalidade, etnia, língua, religião e costumes, contextualizando seus deslocamentos e confrontos culturais e étnicos, em diversos momentos históricos nacionais”. (PCN, 2001, p. 62)

Dessa maneira, pode-se compreender que a História e, por conseguinte, o ensino desse componente curricular, têm um papel fundamental. Longe de ter um caráter simplificadoramente pragmático, como se cobra bastante hodiernamente em relação a outras áreas de conhecimento, trabalhar com a “*disciplina de Clio*” é tentar dirigir-se ao intangível, ao imaterial que compõem segmento fundamental da formação do indivíduo. Dialogar com esses campos e propor discussões fecundas para a composição da subjetividade é, inevitavelmente, contribuir para a formação de uma sociedade mais consciente de seu papel.

É nesta seara que localizamos o papel da História Escolar, que deve, na visão de Bittencourt (2004, p.327), “desenvolver uma autonomia intelectual capaz de propiciar análises críticas da sociedade em uma perspectiva temporal”. Percebemos, destarte, que há uma



significativa importância em se transformar o “*saber histórico*” em “*saber histórico escolar*”² e que, ao discente, em uma relação dialógica, este saber seja absorvido contextualizadamente, sobretudo inserido em seu tempo e espaço.

O ensino de História nesse contexto, sobretudo o de História do Maranhão, teria uma importância significativa no que diz respeito à construção de saber histórico escolar, e na formação da consciência crítica e da memória histórica coletiva do povo maranhense, isso, quando bem executada a abordagem histórico-pedagógica do processo de ensino, pode garantir ao discente, a tomada de consciência e seu reconhecimento como sujeito de sua própria história.

Quanto mais o aluno sentir a história como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica”. (PINSKY; PINSKY, 2010, p. 28)

Se faz necessário, então, conhecer melhor essas nuances que permeiam as práticas do ensino de História, bem como as interfaces entre a *história local/regional* e “*geral*”³ em sala de aula, na medida que, até para além do que está disposto na legislação educacional vigente, possamos compreender que relações se estabelecem entre os conteúdos históricos e os discentes no processo de formação da identidade cultural dos mesmos, e também como se organizam os currículos escolares na área de história do Maranhão ou até mesmo se são contemplados nas instituições de ensino em atividade no Estado.

Direcionando o foco da pesquisa para o ensino de História do Maranhão, sem perder é claro, a conexão com as outras temáticas do ensino dessa disciplina, a análise sobre esse processo é extremamente relevante uma vez que, constata-se empiricamente, que o ensino de história do Maranhão se encontra, de certa forma, desvinculado do saber histórico escolar, sem o devido valor entre docentes e discentes, o que contribui para o pouco conhecimento da história e cultura local, esquecimento e desvalorização das mesmas entre os jovens, e o seu pouco interesse pela disciplina de história de uma maneira geral.

² De acordo com o entendimento do que dispõem os PCN’s, há uma diferença entre o saber histórico (que é, principalmente, o conhecimento produzido em âmbito acadêmico e que circula nesse espaço) e o saber histórico escolar, que é o primeiro, ressignificado e trazido ao nível do ensino básico, com outras características e funções.

³ Considerou-se, neste ponto, o parâmetro comumente utilizado na educação básica, inclusive nos livros, que segmenta temas e fatos estudados na disciplina de História em “Maranhão, Brasil, América e Geral”, esta última sendo “dividida” – num padrão tomado à historiografia tradicional – em “Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea”. Convém salientar que, embora não nos coadunemos a “padrões” ou “engessamentos”, utilizamos a aludida segmentação levando em consideração que o estudo ora proposto tem como campo o ensino básico.



É importante frisar a perspectiva de Circe Bittencourt sobre um ensino de História mais vivo, problematizador e próximo da realidade do aluno, confirmando que o mesmo

[...] deve efetivamente superar a abordagem informativa, continuísta, tradicional, desinteressante e não significativa- para professores e alunos- e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento. (BITTENCOURT, 204, p.121)

Entender porque ocorre a precarização do ensino de História do Maranhão nas redes educacionais do Estado é uma das principais motivações para esse estudo, uma vez que estamos diante de um fenômeno recorrente, no que diz respeito à memória e a história do Estado do Maranhão.

Causam-nos grandes preocupações o “esquecimento” ou “silenciamento” das tradições e representações culturais regionais e locais do passado nas escolas, por não ter a população acesso ao conhecimento sobre a sua própria cultura; a falta de políticas públicas que valorizem a cultura regional e local, pela ausência de materiais didáticos próprios; de professores da área com competência para atuar como mediadores desse processo de construção de saberes e elementos formadores da identidade individual e coletiva; a ausência de conexão entre os saberes produzidos na academia e a sua respectiva transposição didática, enfim, situações estas que se encontram intimamente ligadas ao ensino de história de uma forma geral e, mais ainda, ao ensino de História do Maranhão – tendo em vista a perspectiva regional e local.

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um fenômeno mais característico e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo o ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca. (HOBSBAWN, 1995, p. 13)

Apontar um direcionamento luz a respeito dessa questão por meio da pesquisa representa, também, a possibilidade de se direcionar possíveis caminhos para discutir em níveis (teóricos e da *práxis*) os problemas levantados, uma vez que o estudo bem direcionado pode trazer à tona novas formas de interpretar e avaliar a atual condição do ensino de história do Maranhão na rede oficial de ensino.

3 ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA

A importância do ensino de História, entrelaçado entre o local, regional e global, consiste na possibilidade do aluno se perceber, posicionar e atuar como sujeito consciente do seu papel na sociedade em que se encontra inserido. E não seria possível compreender essa relação, sem antes analisar a evolução da História no Brasil enquanto disciplina, para que em seguida, se discuta a problemática relativa ao ensino de História do Maranhão.

O ensino de História, bem como as suas finalidades, passou por uma série de transformações até chegar, digamos assim, ao que se encontra disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História em vigência. Nessa perspectiva,

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes, o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de história estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais. (PCN, 2001, p. 32)

Do ponto de vista histórico-didático, uma das maneiras de se estudar a História nacional na atualidade, consiste ainda na adoção de uma divisão baseada em critérios de ordem política, (Colônia, Império, República), generalizante, fragmentado, e com uma certa ênfase na história europeia, reflexo do período em que o ensino de História no Brasil foi efetivado como disciplina escolar, no século XIX, no Colégio Dom Pedro II. Para Schmidt e Cainelli (2004, p.10):

Mesmo após a Proclamação da República, a principal referência dos programas curriculares (1931, 1936) continuou sendo a história da Europa. Essa tendência foi criticada por historiadores brasileiros e considerada um dos grandes problemas da disciplina. Trata-se da concepção europeizante dos conteúdos [...]

Desde então, o ensino de História no Brasil passou a servir a determinados objetivos políticos e ideológicos, cujo método de ensino se baseou na memorização de datas, nomes de figuras “importantes”, resolução de imensos questionários sobre os conteúdos apresentados, adequado ao modelo de escola tradicional então vigente.

Com a proclamação da república no Brasil, a questão da formação da identidade nacional passa a ser um objetivo do ensino de história. Para Bittencourt (2010), o ensino de História do Brasil está diretamente relacionado à formação da identidade nacional. “Nacionalismo patriótico, culto aos heróis nacionais, e festas cívicas são alguns valores que na escola, se integram ao ensino de História do Brasil ou, ao menos, de uma certa história do Brasil.” (BITTENCOURT, 2010, p. 185).



Acompanhando a evolução do ensino de História no Brasil, ainda na fase republicana, de 1930 a 1970, podemos destacar, como mostra Schmidt e Cainelli (2004, p. 10-11), que “a incorporação da concepção de que a disciplina de história tinha como responsabilidade formar cidadãos ganha força [...]”. A discussão sobre o papel do ensino de História se ampliou, sem contudo perder o foco na questão da nacionalidade. Nesse período, os “principais conteúdos de História do Brasil tinham como objetivo a constituição e a formação da nacionalidade, com seus heróis e marcos históricos, sendo a pátria o principal personagem desse tipo de ensino” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 11).

Na década de 1970, a partir da Lei n. 5.692/71⁴, o ensino de História passou por uma transformação. Segundo Piletti e Piletti (2013, p. 213), o núcleo comum obrigatório fixado pelo Conselho Federal de Educação, passou a abranger dez conteúdos específicos, em quatro áreas de conhecimento, sendo a área de Estudos Sociais, formada pela Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil.

É interessante ressaltar que durante esse período se verificou um controle asfixiante da censura, que impediu avanços expressivos no ensino de História. Foram introduzidas disciplinas de cunho conservador, como Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, que vieram acompanhadas de uma progressiva desqualificação do professor de História e do esvaziamento do sentido crítico da disciplina. (BERUTTI; MARQUES, 2009, p.108)

Para Meinerz (2001, p. 65), a História é um campo do conhecimento realmente sensível a investidas ideológicas e políticas em nossa sociedade por estar diretamente ligada ao conjunto de representações mais refinadas que a mesma produz e reproduz. Por isso,

[...] programas escolares de história são alvo de interesse não apenas de educadores, mas dos mais altos escalões políticos, uma vez que os relatos históricos podem legitimar ou questionar a ordem vigente. Há inúmeros exemplos no sentido de comprovar que, em momentos de mudança de regimes políticos, os programas de história são logo modificados. O efeito da aplicação desses programas, porém, não é imediato ou determinante quando compreendemos o conhecimento como construção e não apenas como resultado das influências do meio social. (MEINERZ, 2001, p. 65)

O poder do discurso legitimador do Estado se valeu diversas vezes da História que é transmitida por meio de currículos e programas nas redes oficiais de ensino, cuja natureza é discutível, e geralmente atende a interesses dos grupos dominantes, e não por acaso, a disciplina e o ensino de História encontram-se sujeitos a interferências ou supressões. Como exemplo, segundo Berutti e Marques (2009, p.109),

No governo ditatorial de Vargas, sob os auspícios da Reforma Gustavo Capanema

⁴ A Lei n.º. 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.



(1942), o ensino de História enfatizou o patriotismo, valorizando a figura dos heróis em grandes festividades cívicas, como as que eram organizadas por ocasião do *Dia do Trabalho*.

A partir do segundo quinquênio da década de 1970, houve um processo mais evidente de resistência ao Governo Militar implantado em 1964, e em seguida o de abertura política, suscitando vários embates relativos à democracia, cidadania e a participação popular, que acabaram refletindo nas questões educacionais.

Com a chegada dos anos 1980, o ensino de História, em sintonia com o clima⁵ que então se estabeleceu, passou a estar na ordem do dia. Diversos estudos passaram a reivindicar a necessidade de que esta disciplina, com tudo o que lhe é subjacente, fossem alvo de um revisionismo e, desta maneira, submetidos a uma posterior ampla transformação.

Graças aos inúmeros debates no meio acadêmico, a inserção de novas pesquisas históricas e didáticas, ocorre a discussão sobre as finalidades e abordagens do ensino de História. O ensino de História passa a ser visto como aquele que tem a necessidade de um caráter mais crítico, capaz de recuperar, com isso, o entendimento de que os discentes são sujeitos produtores da sua história.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394, de 1996, e com os Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997, o ensino de História, bem como seus objetivos, conteúdos, e eixos temáticos, se encontra bem delineado e estruturado, configurando a atual condição em que a disciplina se encontra, o que não significa que as problemáticas terminaram.

Precisamos ainda lidar com as questões do livro didático adaptado, a formação do profissional da Licenciatura de História, e a precarização do ensino de história local e regional.

No século XXI, a História tem se mantido como disciplina do núcleo comum nos Ensinos Fundamental e Médio, consolidando seu papel de ampliadora da compreensão do mundo que nos cerca, sobrevivendo e se alimentando dos conflitos entre as velhas e as novas gerações. Tem reformulado e renovado seus métodos, conteúdos, finalidades sociais e educacionais. Além disso, mantém-se como importante instrumento através do qual os indivíduos percebem a si mesmos e aos outros, vislumbrando suas responsabilidades para com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (BERUTTI; MARQUES, 2009, p.112)

3.1 O ensino de História do Maranhão: indagações preliminares

⁵ Com o processo de abertura política, os debates educacionais vieram à tona. Como aponta Schmidt e Cainelli (2004, p. 13), a luta nas universidades e associações e entidades profissionais combateram o ensino de Estudos Sociais, por representar a ideologia da ditadura militar brasileira. Foram também realizados nesse período muitos simpósios, congressos e encontros cuja temática era o ensino de História.

No tocante ao ensino de História do Maranhão, muitas indagações surgem dada a carência de estudos nessa área em especial. Até que ponto então, podemos reconhecer que a evolução das discussões a respeito do ensino de História no Brasil teve efeito sobre o ensino de História no Maranhão? Se a própria história nacional, frente aos avanços da globalização vem se diluindo, como garantir o ensino de História do Maranhão na atualidade? Para Bittencourt (2010, p. 186),

Trata-se de uma reflexão sobre o ensino de História do Brasil relacionado ao problema da identidade nacional no atual momento histórico em que as histórias nacionais, não apenas entre nós, cabe ressaltar, mas em todos os países do mundo ocidental, têm sido questionadas e repensadas, sobretudo no que se refere à produção escolar.

A preocupação em relação ao ensino de História do Maranhão não é recente, no entanto, pouco pesquisada. A professora Maria do Socorro Cabral Coelho⁶, em estudo realizado no ano de 1987, intitulado “Ensino de História do Maranhão no 1º grau (3a. e 4a. séries)”, já aponta uma série de dificuldades enfrentadas por aqueles que ministravam aulas de História do Maranhão nesse período. Segundo a autora, ao se referir a um dos livros didáticos mais adotados nas escolas da época, ressalta que

[...] a periodização tradicional e o rol de conteúdo sugerido no documento oficial, os livros didáticos começam registrando os fatos históricos referentes ao Maranhão Colônia. Esses acontecimentos, entretanto, são narrados segundo uma ótica que não mostra a complexidade da trama histórica, ou seja, não contempla a participação dos vários segmentos que compõem a sociedade maranhense[...]. (COELHO, 1987, p. 11)

Já sobre a atualidade do Maranhão, naquele período, Cabral (1987, p.16) considera que falta criticidade e questionamento no teor do conteúdo analisado:

Os dados sobre o Maranhão atual contidos nesses livros também não levantam nenhum questionamento, destacando sempre a ação dos governantes e ocultando os conflitos e as contradições. Segundo esses livros, estamos todos, em comum cooperação, construindo o progresso do Maranhão.

Como podemos observar, já na década de 1980 o ensino de História do Maranhão necessitava de uma reformulação, assim como também a própria História do Brasil, dada as circunstâncias do período.

Um estudo mais recente, especificamente, uma monografia de graduação cuja autora

⁶ **Maria do Socorro Coelho Cabral** nasceu em 4 de julho de 1946, em Balsas, Maranhão. Formou-se em História pela Pontifícia Universidade Católica, de Goiás. Foi professora da Universidade Federal do Maranhão, durante 25 anos, em São Luís. Fez mestrado em História na Pontifícia Universidade Católica, de São Paulo, e doutorado pela Universidade de São Paulo. Autora de três livros, dentre eles *Caminhos do gado* é obra de referência.



é Romênia Mitoura dos Santos, intitulado “O ensino de História do Maranhão no 1º Ciclo (3ª e 4ª séries)” faz referência ao trabalho docente, e também aos livros didáticos adotados para o ensino de História do Maranhão. A autora destaca também as limitações dos livros didáticos adotados para o ensino nessa área:

[...] esses livros focalizam com muita superficialidade os aspectos ligados à História do Maranhão. Por exemplo, na fase da República Nova, os enfoques dados são superficiais e muito resumidos. E dificilmente uma criança irá entender esse tipo de texto. O assunto é colocado de forma bem solta, dificultando assim, uma maior compreensão do texto. (SANTOS, 1999, p. 47)

Santos (199, p.48) continua tecendo uma crítica ao ensino de História desprovido de “vida” em seus relatos, enfadonho e desinteressante, o que acaba por qualificar a História como disciplina “decorativa”. Conclui dizendo que:

Tendo como base essas observações, não se poderia qualificar os presentes livros como adequadamente satisfatórios. A História do Maranhão ensinada através desses manuais, constitui-se, pois, num relato de fatos, datas, de vultos ilustres. E a vida da classe menos favorecida, seus anseios, suas reivindicações, a vida cotidiana do homem simples, onde fica? (SANTOS, 1999, p. 54)

Em outro trabalho de natureza igual ao do aludido por último, com autoria de Domingos Sebastião Cantanhede Ferreira, intitulado “O Processo de Ensino Aprendizagem no Brasil: reflexões sobre o ensino de História no Maranhão”, chama bastante atenção pelo título, mas o conteúdo destoa um pouco do que se procura, pois não está diretamente relacionado ao ensino de História do Maranhão propriamente dito. No entanto, é uma importante fonte de pesquisa para se analisar a evolução do ensino de História no Brasil, assim como a posição do ensino de História na legislação educacional atual.

De um modo geral, podemos inferir que o quantitativo de pesquisas sobre o ensino de História do Maranhão ainda não é suficiente para possibilitar maior aprofundamento na problemática em questão, o que não inviabiliza um esforço de pesquisa para se preencher essa lacuna.

Como foi observado, os estudos relativos ao ensino de História do Maranhão aqui mencionados, tinham como foco os anos iniciais do Ensino Fundamental. Como conhecer, então, a realidade do ensino de História do Maranhão nos anos finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio na rede oficial de ensino? Será que a história e a cultura do povo maranhense está sendo transmitida para as gerações futuras através do ensino de História do Maranhão nas escolas da rede oficial? A História do povo maranhense se encontra em vias de um “silenciamento”?

Considerando o inevitável diálogo entre a história local/regional e as “histórias” nacional e geral, importa fazermos uma discussão mais alongada sobre em que medida a ausência ou a precarização do ensino de história do Maranhão (que compreendem problemáticas relacionadas à formação profissional, a produção de materiais didáticos, o acesso ao conhecimento acadêmico e a transposição didática dessas novas pesquisas) é um fator impeditivo para o cumprimento das finalidades do ensino de história, definidas pelos manuais pedagógicos, e pela legislação educacional vigente.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Sabe-se que todo trabalho de pesquisa e apreensão de conhecimento passa pela utilização coerente de um conjunto de metodologias que são fundamentais para se alcançar o resultado esperado. Vale ressaltar, porém, que não existe método puro, ou acabado dentro das ciências humanas. Caberá ao pesquisador definir a abordagem metodológica, ou mais de uma se for o caso, desde que se adequem aos propósitos da pesquisa em andamento.

Quanto as fontes de pesquisas, se fará uso concomitantemente de fontes primárias e secundárias. As primárias, toda e qualquer documentação *in loco* que faça referência ao ensino de História do Maranhão nas escolas públicas do Estado, encontradas em arquivos, secretarias de educação ou em escolas da rede oficial de ensino. Já as fontes secundárias, livros e textos que versam sobre o objeto de pesquisa em questão, serão fundamentais para formar o conjunto de ideias, saberes, críticas e embasamentos relativos ao ensino de História (teoria e metodologia) e do ensino de História do Maranhão.

Ao se debruçar sobre essas fontes, como aponta Bacellar (2006, p. 71), o pesquisador:

Munido de armas e precauções dispostas anteriormente, de conhecimento prévio sobre o assunto (fruto de muita pesquisa bibliográfica a respeito do período estudado e do que concluíram historiadores que trabalham antes dele), o pesquisador está pronto para prosseguir na análise e na interpretação de suas fontes. Já pode **cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História.** (Grifo do autor)

Na trajetória de pesquisa que se pretende percorrer, serão utilizados tanto o método quantitativo, como o qualitativo. Explicando como essas duas abordagens metodológicas são instrumentos valiosos para a realização do estudo, teremos:

- A utilização do método quantitativo, uma vez que se utilizará da quantificação dos dados contidos nos documentos e questionários analisados. Uma das propostas iniciais para se realizar uma pesquisa de tamanha abrangência, como a que se propõe nesse projeto, será a aplicação de questionários específicos sobre os problemas elencados sobre a disciplina de história e o ensino de História do Maranhão entre docentes e discentes, no maior número possível de escolas da rede oficial de ensino. Com a quantificação dos resultados será possível avaliar melhor a real situação do ensino de História do Maranhão. Traçaremos um perfil mais aproximado, para depois analisarmos as problemáticas que surgirem de forma mais segura e embasada.

O método quantitativo, como o próprio nome indica, se utiliza da quantificação de dados contidos nos documentos. Por meio da coleta sistemática de informações, o historiador valorizará aspectos que se repetem de forma a convertê-los em números que possibilitem verificar a ocorrência ou não de fenômenos e permitir a formulação de hipóteses. (FERREIRA; FRANCO, 2009, p. 96)

- A utilização do método qualitativo, quando buscarmos a interpretação dos dados coletados. A análise apurada dos dados, nos permitirá uma visão holística do fenômeno social/educacional em questão. Como aponta Rossman e Rallis, citado por Creswell (2007, p.187), “[...] isso explica porque estudos de pesquisa qualitativa aparecem como visões amplas em vez de microanálises. Quanto mais complexa, interpretativa e abrangente a narrativa, melhor o estudo qualitativo”.

A pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados. Isso inclui o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um **cenário, análise de dados** para identificar temas ou categorias e, finalmente, fazer uma **interpretação** ou tirar conclusões sobre o seu significado, pessoal e teoricamente, mencionando as lições aprendidas e oferecendo mais perguntas a serem feitas. (WOLCOTT, citado por CRESWELL, 2007, p.187, grifo nosso)

De uma maneira mais técnica, faremos uso de procedimentos que estão diretamente relacionados as concepções e abordagens do estudo em questão, dentre os quais destacamos: pesquisa bibliográfica; leitura e interpretação das principais obras relativas ao objeto de pesquisa; elaboração de questionários a serem aplicados entre docentes e discentes da rede oficial de ensino; visitação as escolas da rede oficial de ensino com o intuito de solicitar autorização para realização da pesquisa e aplicação de questionários; aplicação dos questionários; tabulação dos resultados; análise e interpretação dos resultados; redação.

Assim, a pesquisa deve se beneficiar dos métodos utilizados, uma vez que os mesmos se complementam, com suas vantagens e seus limites diante da trajetória de pesquisa



a ser percorrida acerca do ensino de História do Maranhão na rede pública do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observou-se que a intenção desse estudo foi apontar os problemas geradores da pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, sobre os limites e as possibilidades do ensino de História do Maranhão na rede pública estadual, discutindo também os referenciais teórico-metodológicos que dão suporte a mesma.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org). **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.71.

BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e aprender história**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo. Cortez, 2004.

BRASIL. Lei nº 9394/96: dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

CAIMI, Flávia; MACHADO, Ironita A. P.; DIEHL, Astor Antônio (org.). **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

COELHO, Maria do Socorro Cabral. **O Ensino de História do Maranhão no 1º grau**. Disponível em:



<[http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/pesquisa%201\(1\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/pesquisa%201(1).pdf). >. Acesso em: 24 set. 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA, Domingos Sebastião Cantanhede. **O processo de ensino e aprendizagem no Brasil: reflexões sobre o ensino de História no Maranhão**. São Luís, 2002. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo História: reflexão e ensino**. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos – O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentadas para Trabalhos Científicos**. 4ª. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MEINERZ; Carla Beatriz. **História Viva: a história que cada um constrói**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

NIKITIUK, Sônia L. (org.). **Repensando o ensino de história**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3 (1989), p. 3-15. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>

SANTOS, Romênia Mitoura dos. **O ensino de História do Maranhão no 1º Ciclo (3ª e 4ª séries)**. São Luís, 1999. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Maranhão – UFMA, 1999.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC